

# RELATÓRIO E CONTAS

## 2011

*A Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) é o ponto de contacto nacional da Transparency International. A TIAC tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade.*

A Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) foi constituída em 17 de Setembro de 2010, tendo como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas, nomeadamente através da realização de campanhas públicas, projectos de investigação, acções de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não governamentais.

Após o primeiro ano de arranque da Associação a que se traduziu na montagem da sua estrutura, a par do desenvolvimento de projectos e iniciativas que visaram, justamente, cumprir os princípios que tiveram na origem da sua constituição, desenvolvemos em 2011 importantes acções, como lançamento do relatório *“Corrupção Fora de Prazo: Prescrição de Crimes na Justiça”*, a coordenação de dois projectos de monitorização relativos aos gastos da campanha quer para a eleição do Presidente da República quer no âmbito das eleições legislativas e á semelhança de 2010, a TIAC participou no lançamento virtual do Índice de Percepção da Corrupção 2011 e acompanhamos o debate em torno da aprovação da lei de enriquecimento ilícito.

Importa ainda sublinhar que a TIAC, em parceria com a INTEL e o ICS-UL, integrou, em 2011, uma iniciativa europeia anticorrupção, sem precedentes. De facto, promovido pela *Transparency International* e levado a cabo em 25 países europeus, o projeto European National Integrity Systems tem por objetivo principal avaliar a extensão e as causas da corrupção em diversos países europeus, assim como medir os seus esforços de combate à corrupção, através de uma extensa análise documental, entrevistas a atores privilegiados e validar indicadores de desempenho.

Mereceu-nos especial atenção as questões relacionadas com o impacto das medidas previstas no Memorando de Entendimento acordado entre o Estado português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Neste quadro, a TIAC elaborou um documento de trabalho onde detalha as suas principais preocupações acerca implementação das medidas previstas no Memorando de Entendimento e alerta para o facto de algumas das reformas previstas como as privatizações, a renegociação das parcerias público-privadas ou a reestruturação das forças armadas, poderem abrir oportunidades para a corrupção, sobretudo dada a forte promiscuidade entre interesses públicos e privados em Portugal e os baixos custos morais e legais associados a transacções ilícitas.

Sabemos que a principal debilidade no combate à corrupção e criminalidade conexas no nosso país é a inexistência de uma estratégia nacional e combate à corrupção e criminalidade conexas e respectivo plano de acção e por outro lado uma endémica promiscuidade entre as esferas política e empresarial que provoca avultados prejuízos ao Estado, aumenta a desconfiança dos cidadãos relativamente aos políticos e mina a qualidade da democracia. Estamos convictos pela imperiosa necessidade de rever o actual regime de Controlo Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos, a par de alterações de uma série de diplomas conexos, como seja a Lei relativa às incompatibilidades e ao registo de interesses, a lei eleitoral, o regime jurídico de acesso à documentação administrativa, procedendo – se a proceder-se a uma consolidação das várias obrigações declaratórias e à criação/capacitação de uma única entidade de controlo) com amplos poderes de verificação, validação e sanção e assente num sistema de escrutínio e reporte público.

Temos pois um longo caminho a percorrer.

Entendemos que o ano de 2012 seria sobretudo um ano dedicado à sensibilização da opinião pública e à advocacia social. No imenso contexto de crise económica com que a Europa se confronta e que o nosso país atravessa, assume uma importância crescente o nosso papel na vida da sociedade portuguesa, denunciando a corrupção e promovendo os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas.

É com esta vontade que vamos continuar a nossa missão que se traduz no propósito da consciencialização da opinião pública para o problema da corrupção, educando os cidadãos para a justiça e fomentando e apoiando a participação pública no combate à corrupção, produzindo e difundindo um conhecimento exaustivo, sistemático e aplicado sobre a corrupção e o seu controlo.

Por último, cabe-me uma palavra de agradecimento a todos os membros dos órgãos sociais, aos associados, ao ICS-UTL e a todos aqueles que apoiam a nossa actividade. A Direcção sublinha o empenhado trabalho da associada Diana Reis que, de forma empenhada e competente apoiou a actividade da TIAC, desde o início, pelo que aqui deixamos uma palavra de reconhecimento e gratidão.

Luís de Sousa

Presidente da Direcção



A TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica foi criada no dia 17 de Setembro de 2010, data em se tornou oficialmente Ponto de Contacto Nacional da *Transparency International* (TI), que coordena e apoia um conjunto de organizações da sociedade civil a nível global que combatem a corrupção.

A TIAC trabalha para uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal.

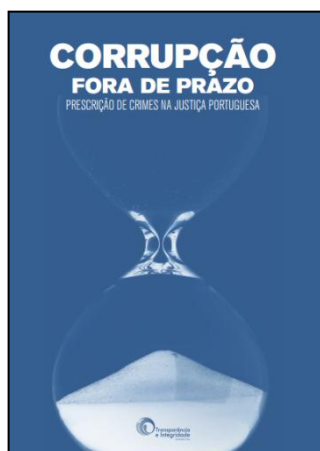
Queremos uma sociedade onde exista um acesso efectivo à informação por parte de uma cidadania informada, forte e participativa. Uma sociedade onde exista uma regulação eficaz dos sistemas e organizações, uma Justiça célere, eficiente e ética e um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes económicos.

No seu trabalho, a TIAC promove a transparência, a integridade e a responsabilidade na procura de uma mudança positiva de valores na sociedade portuguesa.

Queremos chamar a atenção da opinião pública para o problema da corrupção, ajudando os cidadãos a valorizar o papel da justiça e mobilizando-os a participar na luta pela transparência. Por isso a TIAC produz e difunde um conjunto de relatórios, dados e estatísticas que permitem um conhecimento mais profundo e sistemático sobre a corrupção e o seu combate a nível nacional e internacional.

### Áreas de intervenção

- Corrupção política (financiamento político, conflitos de interesse e declarações patrimoniais);
- Corrupção e má gestão na administração pública (saúde, educação, justiça, defesa, ambiente, fronteiras e imigração, grandes obras públicas);
- Corrupção e urbanismo nas autarquias;
- Corrupção e gestão no setor privado;
- Corrupção e comércio internacional;
- Reformas anti-corrupção: instrumentos jurídicos nacionais e internacionais (convenções).



## Corrupção Fora de Prazo: Prescrição de Crimes na Justiça Portuguesa

Em março de 2011, a TIAC apresentou ao público o relatório *Corrupção Fora de Prazo: Prescrição de Crimes na Justiça*, durante a conferência “Qualidade do Estado de Direito em Portugal 2005-2010”, organizada em parceria com o Barómetro da Qualidade da Democracia (ICS-UL).

Inscrito no âmbito do projeto *Countdown to Impunity: Corruption-related Statutes of Limitation in the European Union*, promovido pela *Transparency International*, e desenvolvido em 27 países europeus, este relatório avalia a importância da prescrição de crimes no âmbito da luta contra a corrupção, identificando problemas e boas práticas ao nível nacional.

Segundo o estudo, a impunidade de indivíduos corruptos pela prescrição de procedimentos criminais é uma realidade em Portugal. Os processos-crime de Fátima Felgueiras e Isaltino Morais encontram-se ainda pendentes e alguns dos crimes dos quais foram acusados prescreveram.

Embora considere que a prescrição de crimes não constitui o maior dos obstáculos ao combate à corrupção em Portugal, a TIAC adotou uma política de tolerância zero face a esta oportunidade para a impunidade. A prescrição de processos-crime de corrupção não só demonstra a máxima ineficiência do sistema judicial e judiciário em prosseguir com a punição dos agentes deste crime, como transmite a ideia da sua fácil manipulação por certos arguidos dotados de maior influência política ou económica.

### Principais recomendações do estudo:

- A criação de novos fundamentos de suspensão e interrupção dos prazos de prescrição, conferindo uma maior adaptação à realidade de investigação de cada caso, nomeadamente a suspensão dos prazos em casos de pedidos de cooperação bilateral, ou cartas rogatórias, ou o recurso para Tribunal Constitucional (recurso este que foi recentemente considerado pelo mesmo tribunal como não suspendendo o prazo de prescrição)
- A criação de tribunais especializados (conforme referidos no art. 211.º da Constituição da República Portuguesa) com competência para processos de corrupção ou criminalidade económico-financeira, recomendação esta que já havia sido anteriormente sugerida pelo Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO)
- A criação de uma agência anticorrupção com poderes especiais de investigação e prevenção da criminalidade económico-financeira (arts. 6º e 36º da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – UNCAC)



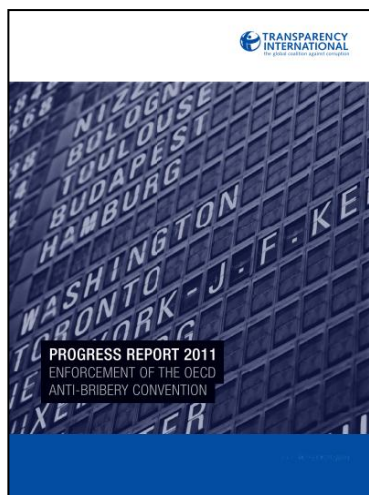
## Contributo da TIAC para a implementação do memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica

No seguimento de uma reunião com a Comissão Conjunta composta pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, em Maio de 2011, onde foi discutida a implementação das medidas previstas no Memorando de Entendimento acordado com o Estado português, a TIAC elaborou um documento de trabalho onde detalha as suas principais preocupações acerca implementação das medidas previstas no acordo assinado com o Estado Português.

Neste documento, submetido à Troika, ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-ministro, a TIAC alerta para o fato de algumas das reformas previstas no Memorando de Entendimento, como as privatizações, a renegociação das parcerias público-privadas ou a reestruturação das forças armadas, poderem abrir oportunidades para a corrupção, sobretudo dada a forte promiscuidade entre interesses públicos e privados em Portugal e os baixos custos morais e legais associados a transações ilícitas. Apela, com efeito, para a necessidade de os processos de decisão e implementação destas operações serem acompanhados de instrumentos apropriados de monitorização e avaliação, de modo não só a assegurar o efetivo cumprimento dos objetivos e metas a atingir, mas também de reduzir as condições propícias a práticas de corrupção e de enriquecimento ilícito, reforçando para o efeito as estruturas operacionais de fiscalização.

*Para além da necessidade de o executivo definir uma estratégia e um plano de acção nacional de combate à corrupção e da AR efectivar um sistema de gestão de conflitos de interesse por parte dos Ministros, Secretários de Estado e Deputados, a TIAC exige uma maior transparência e rigor nas aquisições públicas, nos processos orçamentais, na celebração ou renegociação de PPP, nos processos de privatizações que terão lugar a curto prazo e na atribuição do estatuto "PIN" ou outros de cariz excepcional.*





## Monitorização da Implementação da Convenção Anti-Suborno da OCDE

A TIAC contribuiu para a elaboração e lançamento virtual do Sétimo Relatório Anual de Monitorização da Implementação da Convenção Anti-Suborno da OCDE, levado a cabo pela Transparency International (TI), através da redacção de um relatório nacional que teve por base respostas de especialistas nacionais a um questionário pré-definido.

Segundo o relatório, não se verificaram melhorias ao nível da implementação da Convenção durante o último ano (2010). Dos 37 países analisados, apenas 7 contam com uma implementação activa e 9 com uma implementação moderada. Portugal integra o grupo de países com pouca ou nenhuma implementação.

Os resultados apresentados motivaram a realização de uma campanha de sensibilização sobre corrupção no comércio internacional por parte da Direcção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), divulgada no mês de Agosto.

### Principais recomendações do estudo:

- Os governos cuja implementação se encontre atrasada devem preparar, com urgência, planos para o reforço da implementação e um calendário de ação
- Uma revisão completa do estado da implementação deve ter lugar na Reunião Ministerial de maio de 2012
- O Grupo de Trabalho sobre Suborno deve publicar a lista dos governos em atraso na implementação, deixando clara a necessidade de um maior nível de diligência nos negócios com as empresas sediadas nesses países



## Campanha global contra a corrupção no futebol

Em Agosto de 2011, a TIAC associou-se a dezenas de capítulos do movimento TI em todo o mundo para o lançamento de uma campanha global contra a corrupção no futebol. O presidente da TIAC, Luís de Sousa, escreveu a este propósito ao presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Gilberto Madaíl, pedindo o seu apoio a reformas profundas na FIFA – abalada por vários escândalos de corrupção nos últimos meses – e à introdução de medidas de combate à corrupção no futebol português.

Neste sentido, a TIAC apelou ainda à Federação Portuguesa de Futebol (FPF) que apoie a adoção por parte da FIFA das reformas profundas propostas pela *Transparency International* e que assuma um compromisso público para mudar a própria Federação, iniciando uma discussão pública alargada para a criação de uma estratégia de combate à corrupção no futebol português.

## Fiscalização das Acções e Meios das Campanhas Eleitorais

Durante o ano de 2011, a TIAC coordenou dois projetos monitorização de gastos de campanha, comissionados pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP): o primeiro durante a campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República (Janeiro) e o segundo durante a campanha das eleições legislativas (Maio e Junho).

Em ambos os projetos foram realizados estudos de evidências, levados a cabo por uma equipa de coordenação e investigadores de campo em alguns distritos de referência, que tiveram como principais objetivos validar os algoritmos adotados no SIMOCAPE e identificar a existência ou não de indicadores de desfasamento gritantes, entre os orçamentos e os atos de campanha levados à prática pelas diferentes candidaturas, durante a campanha presidencial.

Tendo sido realizadas em diferentes sedes de distrito de Portugal Continental, previamente seleccionadas pela ECFP, ambas as ações de monitorização decorreram com sucesso, tendo os seus principais objetivos sido alcançados. Foram entregues à ECFP grelhas de análise com evidências de meios e ações de campanha, assim como relatórios técnicos de implementação do projeto.

## Revisão Paralela da Implementação da UNCAC

Durante o ano de 2011, a TIAC participou num processo de revisão paralela da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), através da elaboração de um relatório nacional que foi submetido para revisão por parte de um revisor externo e do Secretariado Internacional da TI em Berlim (TI-S).

Esta iniciativa, ainda em curso, integra-se na atividade da Coligação UNCAC, uma rede global que conta com mais de 310 organizações da sociedade civil em mais de 100 países, comprometidas com a promoção da ratificação, implementação e monitorização da UNCAC. Estabelecida em Agosto de 2006, a rede tem por objetivo assegurar o contributo da sociedade civil no processo de monitorização, apoiar na preparação de materiais de qualidade, pressionar os governos a publicarem os relatórios de progresso de implementação da Convenção, assim como assegurar a transparência de todas as etapas do processo de revisão.



## Índice de Perceção da Corrupção 2011

À semelhança do ano anterior, a TIAC participou no lançamento virtual do Índice de Perceção da Corrupção 2011, através do envio de um comunicado de imprensa, entrevistas e divulgação do relatório e informações anexas no seu portal.

Juntamente com o jornal Público contribui ainda para a realização de uma infografia sobre o tema e para a criação do blog *Às claras*.

Relativamente aos resultados nacionais, Portugal manteve o seu lugar no ranking: 32º lugar, com uma pontuação de 6.1 em 10 (a melhor pontuação possível). Em relação à Europa, embora tenha subido uma posição relativamente ao ano de 2010, o país, no 18º lugar, continua apenas à frente de Malta, Itália e Grécia e dos países do Leste Europeu.

Para o presidente da TIAC «Portugal não tem conseguido desmarcar-se da má imagem do funcionamento do seu sector público. A falta de resolução de mega processos que envolvem políticos e homens de negócios também não tem favorecido uma melhoria das percepções externas sobre o combate à corrupção. Tudo isto tem consequências para o clima de negócios do país. Portugal tornou-se menos atractivo para o investimento externo de qualidade e sustentável e mais exposto a investidores sem escrúpulos que procuram ambientes de negócios impregnados de práticas de corrupção, clientelismo e fraca fiscalização, possibilitando a lavagem de dinheiros com proveniência duvidosa. A actual conjuntura de precariedade que o país está a atravessar vai criar mais oportunidades para este tipo de práticas, quer pela necessidade de cortar cantos em muitos negócios públicos de modo a aumentar a receita do Estado, quer pela necessidade de reduzir a despesa, debilitando os mecanismos de controlo».

## o blogue da transparência e integridade **às claras**

Criado em parceria com o jornal Público a propósito do Lançamento do Índice de Percepção da Corrupção 2011, o blog *Às claras* é o espaço de opinião livre da TIAC.

Trata-se de um fórum aberto para discutir o combate à corrupção e a promoção da transparência nas relações entre os cidadãos e um Estado que precisa como nunca de escrutínio exigente, sereno e maduro, aberto à sociedade civil.

Atualizado diariamente pela TIAC, este espaço tem contado com o contributo da sociedade civil e diversos actores-chave, cruzando perspectivas e assumindo divergências.



# SISTEMA NACIONAL DE INTEGRIDADE

## Sistema Nacional de Integridade

Em Abril de 2011, a TIAC, em parceria com a INTELI e o ICS-UL, integrou uma iniciativa europeia anticorrupção sem precedentes.

Promovido pela *Transparency International* e levado a cabo em 25 países europeus, o projeto European National Integrity Systems tem por objetivo principal avaliar a extensão e as causas da corrupção em diversos países europeus, assim como medir os seus esforços de combate à corrupção, através de uma extensa análise documental, entrevistas a atores privilegiados e validar indicadores de desempenho.

Em Portugal, durante 2011, uma equipa constituída por 11 membros fez um levantamento exaustivo das forças e fragilidades do país no combate à corrupção, através da análise aprofundada de 13 pilares da sociedade com responsabilidades diretas ou indiretas no combate à corrupção: Parlamento; Governo; Tribunais; Administração Pública; Ministério Público e Organismos de Investigação Criminal; Comissão Nacional de Eleições; Provedor de Justiça; Tribunal de Contas; Organismos Especializados de Combate à Corrupção; Partidos Políticos; Comunicação Social; Sociedade Civil; e Setor Empresarial.

Para além de uma vasta análise documental, a equipa de investigação foi responsável pela condução de 37 entrevistas e da realização de alguns testes de campo.

Após revisão por parte do Grupo de Aconselhamento do projeto, constituído por membros de diversos quadrantes e peritos na área do combate à corrupção e/ou funcionamento das instituições em análise, em Dezembro de 2011, os resultados preliminares do projeto foram apresentados e discutidos durante um workshop fechado que contou com a presença de diversos atores chave da academia, sociedade civil, governo, media e setor empresarial. Com este workshop, foi possível discutir debilidades e pontos fortes dos diversos relatórios elaborados para cada um dos pilares em análise, que darão origem ao relatório final a ser apresentado durante 2012.

## TIAC condena nomeações políticas na Administração Pública e empresas do Estado

Em julho de 2011, a TIAC emitiu um comunicado no qual manifestou a sua oposição e alarme quanto à forma como foram escolhidos os novos elementos da administração da Caixa Geral de Depósitos e reclamou reformas urgentes no sistema de nomeações públicas.

Para a TIAC, as nomeações anunciadas para a Administração e a Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos dão seguimento à promiscuidade entre a política e os negócios, pois “revelam uma inquietante indiferença por parte do Governo em relação aos conflitos de interesses nas relações entre o setor público e o setor privado”.

De forma a salvaguardar o interesse público e a transparência nas nomeações públicas e na condução dos negócios do Estado, a TIAC reiterou três recomendações urgentes:

- Alteração da Lei 51/2005 de Agosto, no sentido de alargar o procedimento concursal assente no mérito e na livre concorrência aos cargos de dirigentes na Administração Pública e acabar com as nomeações de confiança política por despacho do primeiro-ministro e/ou membro do Governo.
- No que concerne as nomeações para órgãos reguladores, institutos e fundações de gestão pública, empresas públicas ou com participação do Estado, a TIAC recomenda que a escolha dos candidatos fosse objeto de audiência e escrutínio pelas comissões parlamentares de Ética e Economia. As biografias dos candidatos devem constar num site próprio de fácil consulta e obedecer a um formato específico e ser públicas, elencando os cargos ocupados nos últimos anos, interesses detidos, filiações partidárias, laços de família, cargos desempenhados em atuais fornecedores ou clientes e tudo aquilo que possa constituir um conflito de interesses real, potencial ou aparente com a atividade que vão exercer.
- No que concerne aos avaliadores/auditores em processos de privatização ou de renegociações de Parcerias Público-Privadas, a TIAC recomenda a criação de uma bolsa de avaliadores/auditores qualificados/credenciados. Compete às Comissões de Ética e Economia da AR definir os termos dos processos de acreditação, cujas regras e procedimentos devem constar de um site próprio de fácil consulta.

## TIAC condena “privatização pela calada” da EDP

Em dezembro de 2011, a TIAC emitiu um comunicado no qual condenou a forma como estava a ser conduzida a privatização da EDP, destacando que a negociação direta conduzida pelo Executivo abre a porta à arbitrariedade total e ignora por completo as recomendações atempadamente feitas pela Associação.

Com efeito, a TIAC exigiu do Governo explicações públicas imediatas sobre todo o processo.

A corrupção e o urbanismo são áreas estratégicas de estudo e acompanhamento por parte da TIAC, pelo que no ano de 2011 tem vindo a ser criada uma especial capacitação neste domínio.

De facto, o imobiliário e a construção são as maiores rubricas da dívida privada portuguesa a par do urbanismo ser hoje a maior e mais rentável fonte de corrupção, concorrendo para esta situação várias causas, como sejam, o labirinto de legislação e planeamento urbanístico e de ordenamento do território, a promiscuidade entre o legislador e os escritórios de advogados que manipulam a feitura das leis com base em interesses privados.



## 2011 | | Presença em sessões pública de divulgação e debate

A TIAC tem sido convidada a estar presente em diversos seminários e sessões públicas de debate dos temas do combate á corrupção e do imperativo da transparência do Estado, organizados por outras ONG's, Faculdades ou outras entidades, em todo o território nacional.

Estes convites á participação da TIAC têm surgido de forma crescente, o que revela que a TIAC vem adquirindo um papel cada vez mais sustentado na vida pública.

## Balanço das Contas até 31 de Dezembro de 2011

A análise que se apresenta sintetiza os resultados obtidos pela Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) no exercício de 2011.

A TIAC conclui o ano de 2011 com um resultado líquido do exercício no valor de € 4.785,98, que resulta da obtenção de rendimentos (receitas) no valor de €27.470 e gastos (despesas) no valor de €22.684, 02.

### Demonstração de resultados por naturezas em 31-12-2011

Rendimentos e Gastos	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	1	670,00	200,00
Subsídios, doações e legados à exploração	2	26.800,00	928,35
Fornecimentos e serviços externos	3	-19.529,37	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos e perdas	4	-1.843,84	-838,25
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>6.096,79</b>	<b>290,10</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>6.096,79</b>	<b>290,10</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	-7,80
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>6.096,79</b>	<b>282,30</b>
Impostos sobre o rendimento do período	5	-1.310,81	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.785,98</b>	<b>282,30</b>

#### Notas:

1. Pagamento de Quotas
2. Pagamento dos Projectos de Fiscalização de Gastos de Campanha (Presidenciais 2011 e Legislativas 2011)
3. Pagamento de Prestação de Serviços no âmbito dos Projectos de Fiscalização de Gastos de Campanha
4. Reembolso de diversas despesas correntes e âmbito dos Projectos de Fiscalização de Gastos de Campanha
5. Pagamento de IRC 2011.

## Balanço em 31-12-2011

Rubricas	Notas	2011	2010
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Activo corrente			
Caixa e depósitos bancários		8.022,02	282,30
Subtotal		8.022,02	282,30
Total do activo		8.022,02	282,30
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		282,30	0,00
Subtotal		282,30	0,00
Resultado líquido do exercício		4.785,98	282,30
Total do capital próprio		5.068,28	282,30
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	1	1.375,31	0,00
Outras contas a pagar	2	1.578,43	0,00
Subtotal		2.953,74	0,00
Total do Passivo		2.953,74	0,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.022,02	282,30

### Notas:

1. Pagamento de IRC 2011 e Retenção de IRS.
2. Reembolso de diversas despesas correntes e âmbito dos Projectos de Fiscalização de Gastos de Campanha.

A maturidade da TIAC continuará a exigir um enfoque no tocante à falta de sustentabilidade financeira, pelo que um dos principais objectivos para 2012 é, justamente, a sustentabilidade financeira da TIAC a médio e longo prazo.

A análise do Balanço e Demonstração de Resultados da TIAC de 2010 e 2011, permite-nos concluir que a Associação, como entidade recente (note-se que os números de 2010 respeitam apenas ao 3º Trimestre de 2010, uma vez que Associação foi criada em Setembro de 2010), está a dar os primeiros passos no sentido da sua consolidação.

A TIAC necessita de gerar mais receitas, de forma a ter uma acção mais concertada e alargada, no cumprimento da sua missão. Como é sabido, a TIAC depende exclusivamente das quotizações dos seus associados e de projectos específicos, no âmbito do seu objecto, bem como de doações pontuais, para conseguir prosseguir as suas actividades de forma rigorosa e sustentada, no quadro inequívoco da transparência e do cumprimento dos Código de Ética aprovados.

Neste cenário, é importante manter o controlo de custos, mas é essencial também conseguir a sensibilização da sociedade e a mobilização cívica requerida para que a expressão da TIAC se intensifique, e, deste modo, seja exequível a mobilização de mais recursos financeiros, quer através do incremento do número de sócios, quer pelo acesso a um maior número de projectos específicos do core da Associação.